



INSTITUTO PORTUGUÊS  
DO DESPORTO  
E JUVENTUDE, I. P.

31-03-2022

Exmo/a. Senhor/a  
Presidente da  
Fundação do Desporto (Sede)  
Complexo Desportivo de Rio Maior Apartado 2 –  
EC Rio Maior  
2040-998 Rio Maior

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Data
----------------	-----------------	------------------	------

OE\_SC\_DDF\_1981/2022

**ASSUNTO:** OE\_SC\_DDF\_1981/2022 - Envio de contrato-programa de desenvolvimento desportivo 2022

Na sequência da celebração do contrato-programa de desenvolvimento desportivo abaixo identificado, junto se remete um exemplar devidamente assinado e autenticado.

<b>Identificação do Contrato Programa</b>	
<b>N.º</b>	<b>Programa</b>
CP/072/DDF/2022	Atividades Regulares

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente do Conselho Diretivo

Vitor Pataco

**ANEXO:** o mencionado  
GH

Página 1 de 1



Educação  
Instituto Português do Desporto e da Juventude, I. P  
Fundação do Desporto

Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/072/DDF/2022

**Atividades Regulares**

Entre:

1. O **INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I. P.**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 55, 1250-190 Lisboa, NIPC 510089224, aqui representado por Vítor Pataco, na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado como **1.º OUTORGANTE**;

e

2. A **FUNDAÇÃO DO DESPORTO**, pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, com sede no Complexo Desportivo de Rio Maior, Apartado 2, EC Rio Maior, 2040-998 Rio Maior, NIPC 503596744, neste ato representado por Paulo Frischknecht, na qualidade de Presidente e de Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração adiante designada abreviadamente por **2.º OUTORGANTE**;

Considerando que:

- A) A Fundação do Desporto, instituída por escritura pública em 26 de setembro de 1995 e reconhecida por portaria de 6 de fevereiro de 1996, obteve a declaração de utilidade pública, ainda, em 1996, que veio a ser confirmada em 2012, em cumprimento do disposto na Lei-Quadro das Fundações e, por último, em 2013 é novamente confirmado o estatuto de utilidade pública através do Despacho n.º 15859/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2013;
- B) Nos termos do artigo 15.º dos Estatutos da Fundação do Desporto, o Estado Português é um dos seus membros fundadores e encontra-se representado pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.);
- C) A Fundação do Desporto tem como objeto e atribuições *“a coordenação nacional dos Centros de Alto Rendimento, que inclui a captação e gestão do financiamento, bem como a organização e apoio à promoção de eventos no âmbito desportivo, de acordo com as condições a definir pelos competentes órgãos da Fundação”*, o de *“apoiar os praticantes desportivos de alto rendimento, dentro do quadro protocolar ou contratual que seja definido com o IPDJ, I. P., ou com as instituições desportivas nacionais reconhecidas pelo Estado”* e, ainda *“pode articular com outros países no âmbito dos Centros de Alto Rendimento e outras ações de âmbito desportivo, em parceria com as entidades do Estado Português responsáveis pela cooperação internacional”* (dos Estatutos da Fundação do Desporto, artigo 4.º, n.ºs 3., 4. e 5. respetivamente).
- D) O Regime patrimonial e financeiro (artigo 5.º) prevê as dotações regulares ou extraordinárias por parte dos membros fundadores, nomeadamente do Estado através do IPDJ, I.P. e, ainda, os donativos ou subsídios, ordinários ou extraordinários, que sejam concedidos pelo Estado ou por outras entidades públicas, sendo que o Estado, mediante contrato-programa, pode, numa base anual, atribuir uma dotação para prossecução das atribuições da Fundação, em particular no que respeita à coordenação nacional dos Centros de Alto Rendimento.;

E) De acordo com o Despacho n.º 11258/2015, de 8 de outubro, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Desporto e Juventude, é reconhecida a Fundação do Desporto como entidade de coordenação nacional e de promoção internacional dos centros de alto rendimento, cabendo ainda a esta propor ao membro do governo responsável pela área do desporto os critérios, requisitos e procedimentos para a integração ou exclusão de infraestruturas desportivas na rede nacional de centros de alto rendimento, bem como avaliar e propor candidaturas destes centros de alto rendimento a financiamento comunitário;

F) Nos termos do n.º 5, do artigo 4.º, dos Estatutos da Fundação do Desporto, a Fundação pode articular com outros países no âmbito dos Centros de Alto Rendimento e outras ações de âmbito desportivo, em parceria com as entidades do estado Português responsáveis pela cooperação internacional;

G) Os Estatutos e plano estratégico da Fundação do Desporto preveem o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas tendentes à efetivação de uma estratégia para a economia do desporto, onde se integram eixos chave da sua atuação, designadamente a exploração do enquadramento do Desporto no quadro comunitário de apoio Portugal 2020, nos investimentos a apoiar pelos fundos europeus para o período 2021-2027, no âmbito da Estratégia Portugal 2030, assim como no Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal 2021-2026 e ainda no programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto - ERASMUS+.

Nos termos dos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - e do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo - em conjugação com o disposto nos artigos 4.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, é celebrado um contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª**

**Objeto do contrato**

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira à execução do Programa de Atividades Regulares, nomeadamente a Estrutura e Funcionamento, as medidas de cofinanciamento à organização de Eventos Desportivos Nacionais e Internacionais, as medidas de cofinanciamento aos Projetos Desportivos desenvolvidos nos Centros de Alto Rendimento (Apetrechamento, Capacitação e Qualificação, Promoção da Rede Nacional) e os Projetos de Cooperação Externa, que o **2.º OUTORGANTE** apresentou ao **1.º OUTORGANTE** e se propõe prosseguir no decurso do corrente ano, o qual consta em anexo a este contrato-programa, o qual faz parte integrante do mesmo, publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

**CLÁUSULA 2.ª**

**Execução do programa**

O período de execução do programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa tem início a 1 de janeiro de 2022 e termina em 31 de dezembro de 2022.

### CLÁUSULA 3.ª

#### Comparticipação financeira

1. A participação financeira a prestar pelo 1.º OUTORGANTE, ao 2.º OUTORGANTE, para cofinanciamento exclusivo à execução do programa desportivo referido na cláusula 1.ª, é no montante de **604.614,00 €**, com a seguinte distribuição:
  - a) A quantia de **215.000,00 €**, destinada a participar os custos com despesas de estrutura e funcionamento decorrentes do exercício do 2.º OUTORGANTE;
  - b) A quantia de **381.000,00 €**, destinada a participar as medidas de cofinanciamento aos Centros de Alto Rendimento (Projetos Desportivos, Apetrechamento, Capacitação e Qualificação, Promoção da Rede Nacional);
  - c) A quantia de **3.802,00 €**, destinada a participar organização de Eventos Desportivos Nacionais e Internacionais nos CAR;
  - d) A quantia de **4.812,00 €**, destinada a participar Projetos de Cooperação Externa.
2. O 2.º OUTORGANTE pode alterar o destino do cofinanciamento, até ao máximo de 10% do montante global, correspondente a **60.461,40 €** para qualquer uma das rubricas previstas no n.º 1 da presente Cláusula, sem necessidade de se proceder a revisão contratual nos termos da cláusula 9.ª, infra.
3. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2, supra, a alteração dos fins a que se destinam cada uma das verbas previstas neste contrato é realizada mediante autorização escrita do 1.º OUTORGANTE, com base numa proposta fundamentada do 2.º OUTORGANTE a apresentar até 30 dias (trinta) antes do termo da execução do programa em apreço, nos termos da cláusula 9.ª do presente contrato;
4. O montante indicado no n.º 1 provém do orçamento de receitas próprias e está inscrito na rubrica de despesa orçamental 04 07 01 – Transferências correntes – Instituições sem fins lucrativos.

### CLÁUSULA 4.ª

#### Disponibilização da participação financeira

1. A participação referida na alínea no n.º 1 da cláusula 3.ª é disponibilizada nos seguintes termos:
  - a) **430.000,00 €** até 15 (quinze) dias após a entrada em vigor do presente contrato-programa;
  - b) **174.614,00 €** em 2022, no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento do disposto na alínea d) da Cláusula 5.ª infra;
2. A não entrega ou a não validação do relatório intermédio sobre a execução técnica e financeira do programa, determina a suspensão do pagamento da participação financeira por parte do 1.º OUTORGANTE ao 2.º OUTORGANTE até que este cumpra o estipulado na alínea e) da Cláusula 5.ª.

### CLÁUSULA 5.ª

#### Obrigações do 2.º OUTORGANTE

São obrigações do 2.º OUTORGANTE:

- a) Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo, apresentado no 1.º OUTORGANTE, em anexo e que faz parte integrante do presente contrato, de forma a atingir os objetivos expressos naquele programa;

- b) Prestar todas as informações acerca da execução deste contrato-programa, sempre que solicitadas pelo 1.º OUTORGANTE;
- c) De acordo com o estabelecido no n.º 2, artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, organizar a sua contabilidade por centros de custo próprios e exclusivos com reconhecimento claro dos custos incorridos e a identificação de receitas;
- d) Entregar, até **15 de setembro de 2022**, um relatório intermédio, sobre a execução técnica e financeira do Programa de Atividades Regulares referente ao 1.º semestre;
- e) Entregar, até **30 de maio de 2023**, o balancete analítico do centro de custos, antes do apuramento de resultados e o registo contabilístico de receitas referentes ao programa desportivo em anexo, resultantes do previsto na alínea c), supra;
- f) Disponibilizar na página de Internet da entidade, até **30 de maio de 2023**, os seguintes documentos:
  - i. O Relatório Anual e Conta de Gerência, com informação relativa à execução do programa desportivo em anexo ao presente contrato-programa, acompanhado da cópia da respetiva ata de aprovação pelo Conselho de Administração do 2.º OUTORGANTE;
  - ii. O parecer do Fiscal Único, acompanhado da Certificação Legal de Contas;
  - iii. As demonstrações financeiras legalmente previstas.
- g) Facultar ao 1.º OUTORGANTE, ou a entidade credenciada a indicar por aquele, sempre que solicitado, na sua sede social, o mapa de Execução Orçamental a 31 de dezembro de 2022 relativo ao programa alvo de apoio neste contrato-programa, os balancetes analíticos a 31 de dezembro 2022 antes do apuramento de resultados de cada um dos projetos, as demonstrações financeiras previstas legalmente e, para efeitos de validação técnico-financeira, os documentos de despesa, legal e fiscalmente aceites, que demonstrem os pagamentos efetuados no âmbito da execução do Programa e respetivos projetos indicados na cláusula 3.ª;
- h) Consolidar nas contas do respetivo exercício os gastos e os rendimentos resultantes do programa desportivo objeto de apoio através do presente contrato-programa;
- i) Celebrar e publicitar integralmente na respetiva página da Internet os contratos-programa, com vista à concessão dos cofinanciamentos, com as respetivas entidades objeto de apoio por parte da Fundação do Desporto, nomeadamente no âmbito dos projetos de apoio aos Centros de Alto Rendimento;
- j) Publicitar a parceria constante deste contrato-programa nas ações de promoção que realiza no âmbito dos projetos alvo de apoio, nomeadamente através da adequada divulgação do logótipo do 1.º OUTORGANTE.

### CLÁUSULA 6.ª

#### Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE

1. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do 1.º OUTORGANTE, quando o 2.º OUTORGANTE não cumpra:
  - a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
  - b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o 1.º OUTORGANTE;
  - c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

- O incumprimento do disposto nas alíneas a), b), d), e), f), g) e/ou, h) da cláusula 5.ª, por razões não fundamentadas, concede ao 1.º OUTORGANTE o direito de resolução do presente contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do Programa de Atividades Regulares.
- O 2.º OUTORGANTE obriga-se a restituir ao 1.º OUTORGANTE as participações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do competente programa desportivo anexo ao presente contrato-programa.

#### CLÁUSULA 7.ª

##### Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE.

#### CLÁUSULA 8.ª

##### Tutela inspetiva do Estado

- Compete ao 1.º OUTORGANTE fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
- As ações inspetivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pelo 2.º OUTORGANTE nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, designadamente através da realização de inspeções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

#### CLÁUSULA 9.ª

##### Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### CLÁUSULA 10.ª

##### Vigência do contrato

- O presente contrato entra em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do 1.º OUTORGANTE.
- Sem prejuízo do cumprimento das obrigações estabelecidas na cláusula quinta, o contrato termina em 31 de dezembro de 2022.
- Nos termos do n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, a participação estabelecida no presente contrato-programa abrange a totalidade do programa desportivo a apoiar.

#### CLÁUSULA 11.ª

##### Disposições finais

- Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicitado na página eletrónica do 1.º OUTORGANTE.
- Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
- Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 25 de 08 de 2022, em dois exemplares de igual valor.

O Presidente do  
Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.



(Vitor Pataco)

O Presidente do Conselho de Administração da  
Fundação do Desporto



(Paulo Frischknecht)

O Vice-Presidente do Conselho de Administração da  
Fundação do Desporto



(Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães)